



JORNAL DO SINDÁGUA-DF

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do DF

JORNAL DA CATEGORIA DO SANEAMENTO DO DF

EM ASSEMBLEIA
GERAL REALIZADA NO
DIA 7 DE JULHO,
CATEGORIA REJEITA
CONTRAPROPOSTA
PÁGS. 2 E 3

FECHAMENTO DE
ESCRITÓRIOS DEIXA
MILHARES DE
CONSUMIDORES SEM
ATENDIMENTO
PÁGS. 3 E 4

GOVERNO ABRE MÃO DO
REAJUSTE TARIFÁRIO
PÁG. 5

É URGENTE UM
CONCURSO PÚBLICO
NA CAESB
PÁG. 5

O DESMONTE E A
PRIVATIZAÇÃO DO
SETOR ELÉTRICO
PÁG. 6

FIQUE ATENTO À
REABERTURA DOS
PRAZOS DA COMISSÃO
DO DESCONTO DE GREVE
PÁG. 7

ENFRAQUECIMENTO DAS
LEIS TRABALHISTAS E
GUERRA PELA ÁGUA
PÁG. 8

Ao: SINDÁGUA-DF

Da: COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Em função do disposto na Cláusula 1ª do ACT vigente (ACT 2021/2023), venho através desta, conforme debatido e acordado em reunião desta Diretoria, Presidência da CAESB e Comissão de Negociação em 28/06/2021, propor o que se segue;

- 1) Reajuste de 2% (dois por cento) para as gratificações dos empregados da empresa, a partir de 01/07/2022;
- 2) Fica mantida a pauta das negociações entre CAESB e SINDÁGUA-DF, buscando-se a recomposição salarial inflacionária do período analisado, através da Comissão Instituída pela DT nº 090/2022.

No aguardo do pronunciamento desse Sindicato, a Comissão de Negociação permanece aberta a novas propostas ou reuniões.

REJEITADA



DATA-BASE 2022

EM ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO, CATEGORIA DIZ NÃO Á CONTRAPROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA DEPOIS DE FORTE PRESSÃO DO SINDICATO



O mês de abril terminou com um impasse nas negociações, uma vez que a Caesb não avançou na proposta de reajuste de 1,5% somente sobre os salários, ainda assim condicionado ao reajuste tarifário que poderia ou não vir a ser autorizado pelo governador. As alternativas debatidas pelo Sindicato não foram aceitas pela comissão de negociação da Empresa:

- . REDUÇÃO DA JORNADA PARA 6 HORAS E TELETRABALHO
- . CONTRIBUIÇÃO PARA A FUNDIÁGUA ATÉ 65 ANOS (COMO JÁ TEMOS NO INSS)
- . AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA CAESB NO PLANO DE SAÚDE
- . REPOSIÇÃO NA TABELA SALARIAL DO PCCS
- . CONCURSO PÚBLICO IMEDIATO
- . PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO ACT

Maio

As negociações foram retomadas no dia 10, com a participação do presidente da Companhia e do coordenador da comissão da Caesb. O Sindicato reforçou a pauta dos trabalhadores, principalmente a questão da **reposição inflacionária e a prorrogação da vigência do ACT**, e destacou que a categoria não pode arcar com mais perdas ante uma conjuntura de crescimento da inflação.

No dia 24, nova reunião aconteceu na sede da Companhia. Conforme acordado na reunião ocorrida no dia 10, a Empresa comprometeu-se a debater com o GDF os pleitos dos trabalhadores e retomar em seguida as negociações.

O Sindágua-DF insistiu na prorrogação do Acordo e na recomposição do poder de compra dos trabalhadores, ponderando, inclusive, sobre a possibilidade de reposição da inflação em 2022 e 2023, quando termina a vigência do atual ACT.

Junho

Nova reunião com o presidente da Companhia foi realizada no dia 14. O Sindicato reiterou a importância da prorrogação do ACT, bem como da reposição das perdas inflacionárias, ainda que de forma escalonada. A Companhia se comprometeu com a prorrogação e um calendário de pagamento da reposição.

Como em anos anteriores, a diretoria da Caesb afirmou que estava encontrando resistência no âmbito do GDF para avançar nas negociações. O Sindágua-DF externou a disposição de continuar lutando para manter as conquistas históricas da categoria e por uma contraproposta oficial contemplando a recomposição inflacionária a todos os trabalhadores.

Em reunião ocorrida no dia 28, o presidente da Empresa firmou o compromisso de apresentar uma nova contraproposta à categoria. No dia 30, a comissão de negociação da Caesb convocou o Sindicato para oficializar a entrega da proposta, colocada para avaliação da categoria em assembleia geral no dia 7 de julho.

CATEGORIA REJEITA CONTRAPROPOSTA

Julho

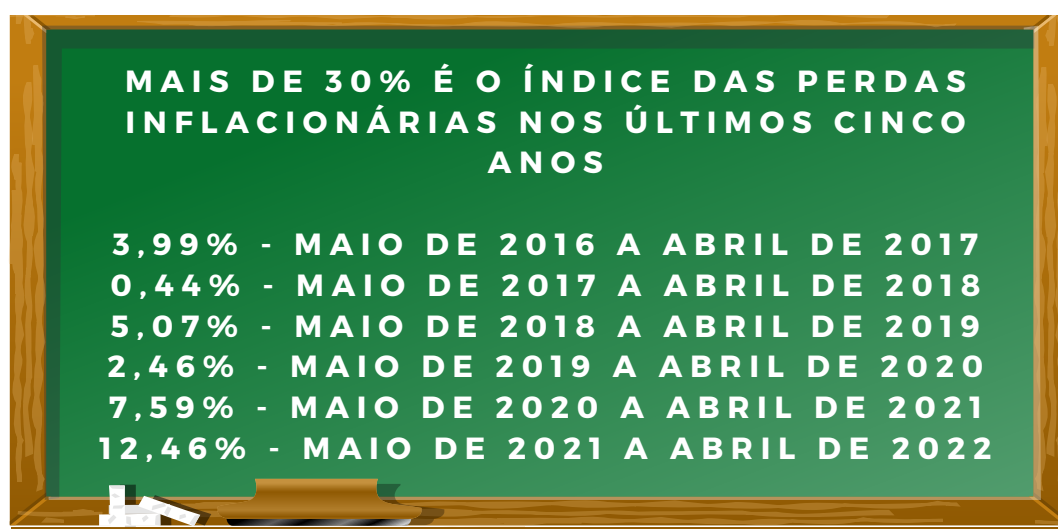
Por unanimidade e com enorme indignação, a primeira contraproposta oficial da Empresa foi considerada insuficiente e, portanto, rejeitada pelos trabalhadores e trabalhadoras presentes à assembleia ocorrida na quinta-feira, 7/7, no SIA. Além de o índice oferecido ser irrisório, não há garantia de que a diretoria da Caesb continuará negociando as perdas inflacionárias depois de dar o reajuste de 2%.

O Sindágua-DF reforçou que a Caesb tem plenas condições de oferecer o que a categoria está reivindicando, uma vez que a Companhia tem registrado lucros expressivos, ao mesmo tempo em que a folha de pagamento está menor em virtude dos PDVs e da falta de novas contratações.

DELIBERAÇÕES

Além de rejeitar a contraproposta de 2%, a categoria aprovou que o Sindicato continue tentando negociar a pauta apontada nas regionais de fevereiro. A próxima assembleia, decidiram os trabalhadores e as trabalhadoras, será COM PARALISAÇÃO.

Foi aprovada ainda a realização de campanhas, atos e denúncias sobre o processo de desmonte que o saneamento está sofrendo. Nesse ponto, frisou o Sindicato, será essencial o engajamento da categoria.



FECHAMENTO DE ESCRITÓRIOS DEIXA MILHARES DE CONSUMIDORES SEM ATENDIMENTO



QUEM BUSCA OS SERVIÇOS DA CAESB EM BRAZLÂNDIA E CEILÂNDIA DÁ COM A CARA NA PORTA. SITUAÇÃO PREJUDICA ESPECIALMENTE AS PESSOAS MAIS HUMILDES

A Companhia continua o ataque contra os trabalhadores e a população, mesmo em ano eleitoral, de modo a sucatear cada vez mais o atendimento ao público e os escritórios. Nesse sentido, não podemos nos calar perante a má gestão da área comercial, que é o único ente que ainda permanece fechado, com o atendimento à população do Distrito Federal sendo executado unicamente por agendamento.

AINDA SOBRE O FECHAMENTO DE ESCRITÓRIOS



Brazlândia

O primeiro ataque foi o fechamento do escritório de Brazlândia, sob a justificativa de falta de trabalhadores (GDOC n.º 665720). A gestão irresponsável fechou um posto próprio, apesar de poder convocar concursados para recompor a força de trabalho. Resultado: a população de Brazlândia tem que andar mais de 35 quilômetros para buscar o atendimento público, enquanto o posto de Brazlândia permanece abandonado, gerando danos patrimoniais e de imagem à Caesb.

Ceilândia

Na sequência, foi anunciado fechamento do escritório de Ceilândia, maior região administrativa do DF, alegando-se a necessidade de manutenção elétrica do local. Cabe lembrar que o escritório já passou por reformas diversas vezes, em etapas e deixando a população sem atendimento.

O resultado imediato desse ataque é a insatisfação geral do maior cliente da Caesb: a população. Dessa forma, a gestão atual tem trabalhado intensamente para acabar com o excelente serviço de atendimento ao público e com a imagem da melhor companhia de saneamento do Brasil.

A última pesquisa mostra que o índice de satisfação da população com a Caesb caiu de 92% para 80%. As reclamações na ouvidoria da Empresa nunca estiveram tão altas.



Para a Companhia, a resposta é uma só: o cidadão tem que buscar a tecnologia. Ou seja, o preço que o cidadão está pagando é muito caro:

- o descumprimento do Estatuto do Idoso;
- o desrespeito à Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência;
- a falta de acesso a serviços públicos essenciais.

A direção da Caesb insiste em retomar um projeto de terceirização do atendimento ao público, mostrando neste momento para todo o DF que os escritórios de atendimento continuam de portas fechadas para a população, mesmo com todo o governo atendendo presencialmente ao público.

Mobilização

O Sindágua-DF chama todos os trabalhadores para lutarem contra os que querem acabar com o melhor atendimento à população do DF e contra aqueles que podem estar provocando deliberadamente o fechamento dos escritórios!

MAIS UMA CONTA PARA OS TRABALHADORES

PELO QUARTO ANO CONSECUTIVO, GOVERNO ABRE MÃO DO REAJUSTE TARIFÁRIO

Com a inflação já batendo a casa dos 12% no primeiro semestre deste ano, a Adasa e a Caesb optaram por não reajustar novamente as tarifas de água e esgoto. Como foi noticiado pela própria Agência, uma audiência pública foi realizada no dia 5 de abril, quando foram apontados os índices previstos para vigorar a partir de junho – 9,75% para os consumidores residenciais e 7,7% para os não-comerciais. No entanto, houve um acordo com o GDF para suspensão da audiência pública que deveria ser realizada em seguida a fim de ratificar os índices. Ao que parece, foi levantada a preocupação de que um eventual aumento nas contas de água poderia prejudicar os planos de reeleição do governador.



É importante destacar que este é o quarto ano sem reajuste nas tarifas da Caesb, lembrando que apenas o IPCA – um dos índices que compõe o aumento – foi de 4,31% em 2019; 4,52% em 2020; e 10,06 em 2021.

Mesmo com a Empresa registrando resultado positivo no primeiro quadrimestre sem o reajuste tarifário, a conta resultante do aumento dos produtos, insumos e energia é do trabalhador.

CONCURSO PÚBLICO É UMA NECESSIDADE URGENTE

AO CONTRÁRIO DE VÁRIAS OUTRAS EMPRESAS DO GDF, A CAESB NÃO REALIZA CONCURSO PÚBLICO HÁ 10 ANOS



O último certame aconteceu em 2012 e ainda se encontra vigente graças à luta dos aprovados, apoiada pelo Sindicato. Depois de sucessivos PDVs, é visível o encolhimento da categoria caesbiana, em prol de uma política de terceirização irrestrita e irregular.

O Sindágua-DF já refutou o argumento da Empresa para não promover um novo concurso, qual seja, que o concurso de 2012 ainda não foi encerrado. Prova de que essa justificativa não procede foi a realização de concurso para médico do trabalho em 2017. De fato, não se pode editar novo concurso para cargos que ainda aguardam convocação em concurso anterior; entretanto, existem cargos que não possuem mais sequer cadastro reserva.

A limitação crescente do quadro próprio parece ser uma política deliberada da diretoria da Caesb, vantajosa para a Empresa sob diversos aspectos. Combater essa política, portanto, deve ser uma prioridade imediata da categoria!

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva (Triênio 2022/2025): Alberto (98294 8038), Deusnere (98570 5552), Esdras (99650 3240), Henrique (98445 1984), Irlan, Itamar (98402-0021), Paulo César (98445-1986), Pedro (Catitu) (98445 1989), Rodrigo (99225 9004). **Diretoria Colegiada: SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO:** Adriana Nunes da Silva, Irlan Costa Santos e Pedro Cirqueira Medeiros. **SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS:** Rodrigo Marques da Rocha, Marcelo de Paula Alvim e Jucélia Gonzaga. **SECRETARIA DE RELAÇÕES SINDICAIS:** Itamar Nunes Martins, Aguinaldo da Silva Lino e Paulo Henrique Muniz dos Santos. **SECRETARIA DE POLÍTICA EXTERNA:** Paulo César Bessa Cesário, Carlos Horácio Campos de Moraes e Rodrigo Pessoa de Carvalho. **SECRETARIA DE IMPRENSA, DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO:** Deusnere Lourenço de Lima, Henrique Mendonça de Faria e Marcus Valério Xavier Reis. **SECRETARIA DE PESQUISA, TECNOLOGIA E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS:** Esdras Bacelar Moreira Salles, Ercília Ramos Ribeiro Moreno e Igor Pontes Aguiar. **SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL E CULTURA:** Alberto Jorge da Rocha Silva, Marx Bruno dos Santo e Maria Goreth Gonçalves Nóbrega. **SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS:** Rodrigo Augusto Vieira de Souza, César Júlio Ferreira e Claudionor Rodrigues de Souza. **SECRETARIA DE SAÚDE, HIGIENE, SEGURANÇA DO TRABALHO E APOSENTADOS:** Fernanda da Silva Fernandes, Marcelo Germano Alencar e Márcio Montalvão dos Santos. **CONSELHO FISCAL – Efetivos:** Pedro Gonçalves Cordeiro, Sílvia Gomes Cruvinel e Walter Luiz Vinhal Júnior. **Suplentes:** Jussara Régia da Penha Silva, Sandro Livino de Siqueira e Wilton Pereira dos Santos. **COMISSÃO DE ÉTICA – Efetivos:** Maria Grazielle Lobato da Silva, Moisés da Silva Bandeira e Valeriano de Castro Júnior. **Suplentes:** Aline Neves Kalatalo, José Rodrigue de Lima e Rosemberg Gonçalves Leite **Edição:** Lécia Viana (RP 2715/DF). **Editoração eletrônica e arte-final:** Philippe Ribeiro. Tiragem: 2.000 exemplares. SDS – Ed. Venâncio VI – Sobrelojas 13, 14 e 15 - CEP: 70.393.900 - Brasília-DF. Tel.: 3323-8881 www.sindaguadf.org.br e-mail: sindaguadf@gmail.com

ELETOBRÁS

ELETOBRÁS PRIVATIZADA e agora?

Confira as **consequências** para a população, o meio ambiente e a economia do país.

PRIVATIZAÇÃO É CONCLUÍDA E APONTA PARA TARIFAS MAIS CARAS PARA OS CONSUMIDORES

A promessa do governo de recuo no valor da tarifa de energia elétrica com a privatização da Eletrobrás só deve acontecer em um primeiro momento, de acordo com entidades e analistas do setor. O processo de venda da empresa foi concluído no dia 14 de junho e ela não terá um controlador definido, uma vez que o poder de voto de cada acionista está limitado a 10%, independentemente da participação que venha a ter na companhia.

De acordo com o governo, haverá uma redução de 7,36% na tarifa dos consumidores residenciais. No entanto, deputados e senadores incluíram no processo medidas que vão gerar novos custos de produção, a serem pagos pelos consumidores. Dessa forma, segundo os especialistas, uma eventual redução na conta de luz será pequena e irá vigorar apenas nos primeiros anos depois da privatização.

A Eletrobrás foi a primeira grande estatal privatizada no atual governo. O Sindicato dos Urbanitários chamou a atenção para o fato de que a solenidade na Bolsa de Valores aconteceu antes da assinatura dos contratos de concessão, condição indispensável para a privatização de acordo com a lei. De acordo com o STIU-DF, “valeu tudo para garantir o clima de fato consumado e a não reversão do processo em instâncias como o Tribunal de Contas da União e até na própria Justiça”.

- SUA VENDA DEVE AUMENTAR A CONTA DE LUZ ENTRE 16% E 17%, COM RISCO DE DIMINUIÇÃO DO VOLUME DA ÁGUA DISPONÍVEL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO, O QUE IMPACTA NOS PREÇOS DOS PRODUTOS
- MAIOR RISCO DE APAGÕES EM TODO O PAÍS
- ELEVA AINDA MAIS OS PROBLEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

- A ELETOBRÁS GERA 1/3 DA ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL
- POSSUI 47% DAS LINHAS DE TRANSMISSÃO
- É RESPONSÁVEL PELO ARMAZENAMENTO DE 52% DA ÁGUA DO PAÍS

Grande impacto ambiental

Para Luciano Losekann, professor associado do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), as termoeletricas são o ponto mais polêmico e incoerente da MP que autorizou, em junho de 2021, a privatização da Eletrobrás. “Tem uma reserva de mercado bastante significativa para termoeletricas a gás natural que irá alterar de forma 70% inflexível, e no Norte-Nordeste tem zonas que não possuem gasoduto. Em termos ambientais, certamente é muito ruim. O gás natural emite menos que outras fósseis, mas, ainda assim é uma fonte de elevadas emissões e que irá operar durante um prazo longo”.

Para o pesquisador, haveria um grande impacto ambiental em construir infraestruturas e levar gasodutos para lugares remotos. “O problema é que serão construídos no Norte-Nordeste, principalmente no Norte, onde é mais crítico para chegar o gás, produzir eletricidade e ela voltar para o Sudeste. Então não faz nenhum sentido econômico nem ambiental; seria na verdade um desperdício de recursos. Qualquer que seja o olhar, a construção dessas termoeletricas não é uma iniciativa interessante para a sociedade brasileira. É um objetivo de grupos de interesse, que terá um impacto muito grande na forma de organização do setor elétrico brasileiro”.

(Fonte: www.engenhariacompartilhada.com.br)

FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS FOI “PONTE PARA O FUTURO” DE PAÍS DESEMPREGADO

Cinco anos depois da aprovação da reforma Trabalhista, trabalhadores perderam direitos, grandes empresários mantêm os lucros e a taxa de desemprego não caiu, após bater recorde em 2020 e 2021. A análise é de Lucia Garcia, economista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

“Além disso, o mercado interno foi desintegrado e a renda pública foi colocada em risco, principalmente o orçamento da Previdência Social”, afirma a especialista em mercado de trabalho. “Quem ganhou com as reformas foram os setores exportadores e financeiro, aprofundando nossa vocação de entregar o sangue de povo para luxúria da elite”, complementou.

O projeto que alterou ou revogou mais de 100 artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) foi apresentado, votado e aprovado em menos de 1 ano após o golpe que tirou Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República, no bojo do programa “Ponte para o Futuro” lançado pelo então vice-presidente Michel Temer (MDB).

“Ponte para o abismo”

Chamado por sindicatos de “Ponte para o abismo”, o projeto foi formulado pelo então PMDB com amplo apoio do setor empresarial brasileiro, a exemplo da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Nem mesmo greves gerais e intensos protestos impediram a implantação da lei que solapou direitos, destruiu as proteções legais e desmantelou a estrutura sindical.

A precarização não parou por aí. Foi aprofundada por Jair Bolsonaro (PL) com diversas medidas provisórias. Uma dessas, que cria o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário, está prestes a virar lei. A MP 1.099/22 foi aprovada pelo Senado no dia 25 de maio.

Estudo recente da USP (Universidade de São Paulo), assinado pelos pesquisadores Gustavo Serra, Ana Bottega e Marina da Silva Sanches, concluiu que, ao contrário do que prometiam os defensores da reforma Trabalhista, cortar direitos do trabalhador não teve impactos positivos no mercado de trabalho. A pesquisa cita, ainda, que reformas semelhantes adotadas na Europa também não entregaram o que prometiam.

Exemplo é o da Espanha, que serviu de inspiração para a reforma no Brasil. O estudo *A desregulamentação diminui o desemprego?: uma análise empírica do mercado de trabalho na Espanha* constata que as alterações de 2010 e 2012, visando flexibilizar as leis trabalhistas e estimular contratos temporários, tiveram efeito zero sobre o desemprego. Acabaram apenas reduzindo a capacidade de negociação dos trabalhadores.

Outro levantamento, abrangendo vários países europeus que desregulamentaram as leis trabalhistas, indicou, em vez de avanços, elevação da taxa de desemprego.

No início de 2022, a reforma espanhola foi parcialmente revogada pelo governo do primeiro-ministro Pedro Sánchez, do Partido Socialista. Caminho que pode ser seguido no Brasil, a depender do resultado das eleições deste ano.

Fonte: (Portal Brasil de Fato, 4.7.22)

COMISSÃO DESCONTO DE GREVE DE 2016



A Empresa enviou aos e-mails corporativos da categoria um informe sobre reabertura dos prazos para entrega de documentos à comissão de desconto da greve de 2016.

As trabalhadoras e trabalhadores que tenham qualquer tipo de documento que sirva de prova para contestação dos cálculos e descontos praticados pela Companhia, podem enviá-lo via GEDOC para análise da comissão.

Por fim, o seu Sindicato está à disposição para tirar quaisquer dúvidas, assim como prestar o apoio necessário a esta categoria de luta.

A MOTIVAÇÃO DA INVASÃO RUSSA TEM A VER COM ÁGUA TRATADA

A Criméia, anexada pelo Governo Putin em 2014, sofria um sério problema devido ao corte do fornecimento de água pela Ucrânia, que detinha maior potencial hídrico e capacidade de tratamento. Agora, com o sul do país dominado, os russos restabeleceram a normalidade do abastecimento para os 2,5 milhão de habitantes que votaram em referendo pela anexação à Federação Russa.¹

Assim como é importante ter conhecimento de detalhes que esclarecem questões obscuras, é preciso um esforço para compreender as estranhas sanções aplicadas pelo Ocidente à Rússia. Se Cuba e Coreia do Norte resistem a mais de meio século de embargos, por que então achar que a Rússia, muito mais poderosa, sucumbiria a sanções que, mesmo muito mais fortes, nada podem fazer contra seus vastos recursos naturais, tecnologia de ponta e imensas forças militares? Ainda mais quando a maior parte do mundo, incluindo gigantes como China e Índia, não endossam tais sanções?

Superestima-se a força das sanções, pois a própria Rússia as despreza ao ponto de continuar fornecendo o gás do qual a Europa depende, que não foi sancionado, e ainda exige o pagamento em moeda russa, desafiando a hegemonia do dólar. Além disso, o impacto das sanções ao próprio Ocidente é tão claro que chega ao ponto de os EUA terem que mendigar petróleo para a mesma Venezuela que semanas antes acusavam de ditadura sanguinária, sequer reconhecendo seu governante.

Se as sanções mal arranham a Rússia e causam muito mais problemas ao próprio Ocidente, como entender tal estranha dissonância considerando que os EUA, cujo real governo são as megacorporações dinásticas e conglomerados financeiros, com certeza não é estúpido?

A explicação pode estar no tão falado *Great Reset* anunciado pelo Fórum Econômico Mundial, que pretende, de forma resumida, arrancar o resto de direitos e das poucas posses da classe trabalhadora. Esse projeto até pretende fazer uma redistribuição de renda que deixa de fora as grandes fortunas, tirando da classe média para dar aos muito pobres, de modo a equalizar a sociedade numa “pobreza mais bem distribuída”, enquanto os 0,001% mais ricos, sem surpresa, ficarão ainda mais ricos, consolidando seu poder absoluto sobre um Estado cada vez mais transnacional.

Porém, será um Reset não do mundo, mas do Ocidente, lembrando que, infelizmente, esse Ocidente, do qual a América Latina é colônia, tem o péssimo hábito de achar que o mundo se resume a Américas e Europa, no máximo incluindo Oceania, que são colônias britânicas, e talvez, com muita ousadia, Japão e Coreia do Sul, que são países até hoje ocupados pelo exército estadunidense. Apenas assim para vislumbrar algum sentido da farsa de que “o mundo condena a Rússia”, quando na realidade 7/8 da população mundial não o fazem!

Para estabelecer reformas tão drásticas quanto as necessárias para o *Great Reset*, mais uma das infundáveis restaurações do Capitalismo, as sanções econômicas aplicadas há Rússia são ideais para agravar o cenário de crise ocidental, justificando reformas radicais rumo a um cenário distópico de concentração de renda ainda mais extrema. E não sendo possível fazer isso com todo o mundo real, revive-se a bipolaridade da Guerra Fria, com o Bloco ocidental em oposição ao Bloco eurasiático, e suas áreas de influência, mas, desta vez, não restando sequer um Terceiro Mundo.

Quanto a nós, caso tal plano funcione, sofreremos um incremento ainda maior do assédio norte-americano, sendo possivelmente a Amazônia um pretexto para interferir de modo ainda mais drástico em nossa política e economia, sob a alegação de “salvar o planeta”, leia-se: salvar o Capitalismo, numa nova ordem onde somente uma severa reorganização da classe trabalhadora será capaz de oferecer resistência.

Do contrário, só nos restará o projeto do F.E.M., que se tornará Fórum Econômico Ocidental e nos diz: “Você não terá nada e será feliz”, sendo a felicidade apenas uma promessa vazia, mas a despoja de qualquer renda, emprego, patrimônio e direitos, uma realidade concreta.

¹ Ante as dúvidas da validade desse referendo, devido há região já estar repleta de bases militares russas, lembremos que regiões independentes, como Transnístria e Gagáuzia, ambas na ex-república soviética da Moldávia, ao lado da Ucrânia, solicitaram voluntariamente anexação à Rússia sem qualquer presença militar local.

(Autor: Marcos Valério)